

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.606 - SE (2019/0352238-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO OG FERNANDES**  
**SUSCITANTE** : JUÍZO FEDERAL DA 4ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SERGIPE  
**SUSCITADO** : JUÍZO FEDERAL DA 18ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA BAHIA  
**INTERES.** : CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
**ADVOGADOS** : PEDRO JOSÉ SOUZA DE OLIVEIRA JUNIOR - BA012746  
EDUARDO SILVA LEMOS - BA024133  
**INTERES.** : CAMULLER BRASIL LOPES

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo Federal da 4ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, suscitante, e o Juízo Federal da 18ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia, suscitado, que se declararam incompetentes para julgar execução fiscal ajuizada pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Bahia em face de Camuller Brasil Lopes.

O Juízo Federal da 18ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia declinou da competência diante da constatação de que a parte executada é domiciliada na cidade de Aracaju/SE, e o foro da execução fiscal seria definido pelo domicílio do devedor, nos termos do art. 46, § 5º, do CPC.

O Juízo Federal da 4ª Vara de Execução Fiscal da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, por sua vez, suscitou o conflito ao argumento de se tratar de competência relativa, não se conferindo ao juízo de origem decliná-la de ofício.

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de e-STJ, fls. 61-64, opinou pelo conhecimento do conflito para declarar competente o Juízo suscitado.

É o relatório.

Tratando-se de competência territorial de natureza relativa, não poderia o Juízo suscitado decliná-la de ofício. O caso é de incidência da Súmula 33 desta Corte: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício."

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ALVARÁ JUDICIAL. LEVANTAMENTO DE VALORES DEPOSITADOS NO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS. MORTE DO TITULAR DA CONTA. INCOMPETÊNCIA RELATIVA. PRINCÍPIO DA PERPETUATIO JURISDICTIONIS. AUSÊNCIA DA OPOSIÇÃO DA EXCEÇÃO DECLINATÓRIA DO FORO. SÚMULA 33 DO STJ.

1. O conflito negativo de competência ocorre no momento em que dois ou mais juízes declaram-se incompetentes em ato jurisdicional válido. Desta sorte, é

# *Superior Tribunal de Justiça*

mister verificar se a lei admite que o Juiz se declare incompetente.

2. A incompetência relativa deve ser arguida por meio de exceção, não podendo ser declarada de ofício. Incidência da Súmula 33/STJ, segundo a qual: "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

3. Na hipótese, a ação foi proposta no foro de domicílio dos sucessores do instituidor da conta vinculada do PIS/Pasep.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da 5ª Vara de Família e Sucessões de Santo Amaro/SP.

(CC 102.965/BA, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 6/4/2009)

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar competente o Juízo Federal da 18ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia, o suscitado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator